



Conversatório 1: Movimentos Sociais e a luta das mulheres rurais

Leila Santana da Silva, Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, pelo MPA, coordena o Coletivo Nacional de Gênero. Doutoranda em Geografia (POSGEO UFBA). Professora. Mestre em Geografia no Programa de Pós Graduação (Stricto Sensu) em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL/UNESP). Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Especialista em Direitos Sociais do Campo pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Estudante pesquisadora no Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NATERRA), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e do grupo de pesquisa Geografia dos Assentamentos Rurais (GEOGRAFAR), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É associada da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção Aracaju). É associada e compõe o GT de Mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

*A noite não adormecerá
Jamais nos olhos das fêmeas
pois nosso sangue-mulher
do nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar existência.*
(Conceição Evaristo)

“Num primeiro momento, é com esta resistência das palavras da Conceição Evaristo que aqui das bandas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do sertão da Bahia já agradeço às diversidades das mulheres da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) por seguir abrindo as portas para as camponesas e toda a sua diversidade étnica, racial, regional, geracional, gêneros e identidades camponesas que brotam da luta dos territórios e por acreditar, profundamente, na força da construção coletiva, dos saberes populares e na força das mulheres e das suas lutas dentro dos movimentos sociais e seus povos. Tenho tido a

felicidade de partilhar da construção desta articulação, a partir das mulheres e tem sido tático nosso pensar, formar e agir coletivo e aqui, deixo simbolicamente, meu abraço a Vivian pela Coordenação do GT de Mulheres e Islândia pela Presidência da ABA e, a partir delas abraço todas e todos que se dispõem a reposicionar a ABA dentro da luta política atual, principalmente, na trincheira da agroecologia, políticas e soberania alimentar. Neste momento, sentimos o quanto a ABA tem se movimentado por mãos, rostos e corpos femininos, fato importante pra ressignificação da luta política no próximo período de profundas contradições.

Num segundo momento, é com muita felicidade que compartilho desta mesa com camaradas que, desde os seus territórios/Estados, labutam e constroem enfrentamentos cotidianos, prazer enorme Anna (ABA) por nos acolher tão bem, Linalva com as labutas do nosso Maranhão e da companheira Rosiele uma das nossas referências pelo MPA Brasil sendo uma das camaradas que ajudaram a dar os passos que me guiaram até aqui junto a tantas camponesas e tantas labutas.

E, numa terceira dimensão, afirmamos que esteja aberto período de lutas unitárias das mulheres (e que os homens assumam este compromisso conosco!), pois é tempo de construir profundas convergências entre mulheres de todas as organizações e movimentos diante do enfrentamento radical a tantas questões estruturais agora intensamente reveladas, pois não adianta estar numa organização, seja ela qual for, sem tomar partido e sem assumir a luta das nossas mulheres camaradas.

Desafios da luta feminista dentro da luta camponesa atual

“No Capitalismo, o patriarcado se vincula a uma sociedade onde tudo se transforma em mercadoria, até mesmo as mulheres e seus corpos. A histórica divisão social do trabalho se vincula a uma divisão sexual do trabalho, que expressa a desigualdade entre os gêneros” (Coordenação Latinoamericana das Organizações do Campo – CLOC/LVC).

E, neste caminho, que a mim foi provocado irei compartilhar como surgimos e posicionamos a luta das mulheres camponesas/rurais dentro dos movimentos sociais (no caso MPA) e, a partir daí, vamos traçar algumas provocações para seguir acumulando alguns caminhos, pois é tempo de semear ideias, rebeldia e firmeza nas ações. Agora uma certeza da caminhada do MPA temos: não há receita de bolo, mas há legados/experiências/trajetórias e

tudo isto deve ser parte do nosso processo de estudar caminhos, sabendo que este caminho tem 2 estradas que é construir, simultaneamente, um trabalho político/educativo/pedagógico com homens e mulheres separadamente e aliar todo este acúmulo juntos/as num espaço comum pra que as contradições sejam desafiadas a cada tempo, cada contexto, numa perspectiva de luta anti capitalista, antirracista, anti imperialista e anti patriarcal.

Mas, antes de adentrar nesta reflexão, avalio ser importante fazer 3 (três) demarcações óbvias para nosso campo político, mas necessárias de serem recolocadas ou reafirmadas, neste atual momento, para seguir construindo nossa reflexão. A primeira demarcação é a de que a luta feminista é uma luta da diversidade de mulheres que oprimidas, exploradas e subalternizadas se erguem em resistência para reconstrução de outras bases/relações sociais de um país/comunidade/bairro/território e etc (necessariamente, reconstrução profunda de novas relações e de enfrentamentos diretos de suas contradições estruturantes e que boa parte tem sentido feminino). É uma construção diversa, plural e estratégica! Exemplo atual disto: desigualdades e fome na pandemia tem rosto feminino e negro, desvelando questões estruturais que, estrategicamente, precisam ser assumidas pela sociedade e enfrentadas com o mesmo peso/profundidade pela esquerda como parte fundante da luta de classe! Está evidente, enxergue quem quiser!

A segunda demarcação é a de que a luta feminista não pode ser cooptada como uma luta da “modernidade” mercadológica, mas, sim uma luta estrutural que, no seu princípio, luta contra as opressões hegemônicas pela sociedade capitalista/imperialista por dentro dos países da América Latina, Caribe e África (olhando para o terreiro que nós pisamos e que fomos formados/as!).

Já a terceira demarcação é que partindo do legado das lutadoras que nos antecederam pelo mundo e na América Latina e África a luta feminista se ressignifica, ganha profundidade nos últimos períodos e nos desafia a articular, simultaneamente, a luta anti capitalista, anti patriarcal, antirracista e anti imperialista, demarcando “novas” vozes, “novos” corpos e territórios na luta política (entendam ‘novos’ como invisibilizados, violentados e etc, já que estas sempre estiveram aqui em resistência!) que até então foram caladas e subjugadas pela história e, neste lugar, temos, por exemplo, as mulheres camponesas, negras, indígenas, urbanas trabalhadoras e tantas outras.

Estas demarcações deixam evidente a complexidade da luta de classes no Brasil e os desafios postos neste atual momento político. A companheira Audre Lorde que era escritora, feminista, negra, lésbica, filha de imigrantes caribenhos que viviam nos Estados Unidos, em seu tempo já fazia uma boa síntese de alguns dos nossos desafios articulava estes desafios

quando trazia “Eu sou mulher e negra, eu não posso escolher contra qual opressão vou lutar, já que as duas me atinjem”, avalio que ela historiciza muito bem e sinaliza para nós um desafio para a esquerda como um todo deste atual momento que é a do quanto é essencial, pelos princípios que a sociedade brasileira foi forjada e as amarras que nos cercam o quanto é fundamental, simultaneamente, fazer uma luta complexa de base anti imperialista, anti capitalista, antirracista e antipatriarcal, num país onde as mulheres foram e seguem sendo subalternizadas do campo à cidade, não dá para escolher qual luta devemos priorizar. Trazer isto, para nós mulheres do MPA, traz a memória da trajetória das mulheres quilombolas, sempre de muita resistência ao lado das indígenas, entendendo dentro do campesinato, o papel delas na produção de alimentos e no forjar tantas resistências. Não temos como esquecer delas. Lembrar que as quilombolas em rebelião fugiam das senzalas com sementes nos cabelos, na roupa na busca de liberdade e, nesta busca, seguir produzindo alimentos para sobreviver e lutar, como uma das estratégias da continuidade da vida para nós é algo fundante, fundamental, mulheres estas que na história foram sendo urbanizadas sendo camponesas, esquecidas sendo lideranças de lutas, por que a história relegou a elas o lugar da cozinha, um lugar que historicamente nos empurraram e nos esconderam e até a cozinha a gente quer ressignificar. As quilombolas tem um significado enorme na sua história de luta, a partir da produção de alimentos como fator de resistência dos povos, guardiãs dos saberes, mas, ao mesmo tempo, pela coragem da luta, só para trazer um dos exemplos de luta.

De onde brotam as lutas das mulheres camponesas do MPA Brasil?

“O rosto da fome e da desigualdade é um rosto feminino e se a gente for olhar mais fundo, é um rosto feminino e negro” (Leila Santana).

“O terreiro das mulheres é fazer a agroecologia, seguir o legado de tantas bruxas” (Leila Santana).

Com estes elementos gerais colocados, é deste ponto de partida que trago o chão de onde brotam as lutas das nossas mulheres camponesas do MPA Brasil. Neste sentido, o MPA Brasil nasce da luta pela terra, mas, desta luta, com o passar do tempo, brotam outras e, desta movimentação da realidade, as mulheres se impõem nesta construção. O Movimento cresce e se territorializa e consolida-se, em seu processo organizativo, num movimento misto de várias lutas, mas, com a centralidade da sua mensagem que é fazer luta política mais “produzir

alimentos saudáveis para o povo brasileiro” e afirmando a agroecologia como instrumento potente deste processo. Sem agroecologia não há vida, mas, também é uma complexidade de enfrentamentos, em várias dimensões. De forma geral, no trabalho com as famílias camponesas e seus homens e mulheres, nossa atuação se coloca em duas frentes: construção coletiva (trabalho e luta com as famílias) e espaços específicos (trabalho e lutas com mulheres, jovens, quilombolas e etc.), mas, como processos articulados e conduzidos dentro da perspectiva estratégica da organização, que é de superar as questões estruturais na reconstrução de um projeto popular e que chega como questões para qualquer organização que se dispõe a lutar, principalmente, dentro do Brasil.

Neste caminhar, com a construção do MPA, partimos para o desafio de organizar as lutas das mulheres por dentro do Movimento e recolocar o seu papel dentro da organização! Elas brotam e quando outra chega joga uma nova semente e aí vem outra e, neste movimento do cotidiano, fruto do trabalho de base, luta e formação, as camaradas vendo caminhos possíveis de luta vão se achegando e quando elas chegam não tem mais volta, firmam o pé e constroem, coletivamente, os processos da organização.

Com o processo de crescimento das chegadas e presença das mulheres colocada, temos contribuído para o crescimento/amadurecimento do movimento, centralizando a agroecologia como um instrumento potente na disputa da contra hegemonia por um outro modelo de agricultura no campo, por outro modelo de relações de gênero no campo e, também, contribuindo para a afirmação da necessidade de reposicionar na agenda política a soberania alimentar (na Via Campesina internacional conceito amadurecido e demarcado pelas Mulheres), sabendo que este é um lugar, um terreiro das mulheres (recebemos este legado pelas bruxas, mulheres negras camponesas escravizadas que subverteram a ordem estabelecida para viver e produzir e etc).

A marca do campesinato é a sua diversidade de identidades, de povos. A nossa diversidade é o nosso principal instrumento de luta, pelos acúmulos coletivos de saberes que ela produziu ao longo da caminhada. Enquanto mulheres do MPA, somos frutos das sementes plantadas que o MPA vem colhendo na luta, ao longo da sua caminhada!. Neste caminho, o MPA Brasil é muito diverso e plural, muitas camponesas lutam conosco: assentadas, quilombolas, acampadas, pequenas agricultoras, posseiras, fundos de pasto, pomeranas, indígenas e tantas outras identidades camponesas. A caminhada dos 25 anos de lutas e afirmação camponesa nos ajudou a amadurecer a partir dos modos de vida, dores, resistências e opressões desta diversidade e fez ressignificar a força e a presença das mulheres na construção e condução do Movimento!

O papel do MPA tem sido o de reafirmar auto identificação política que as mulheres trazem! Para nós é fundamental, por isto nas nossas formações falamos que precisamos seguir estudando a “história das mulheres do campo, das águas e das florestas”, pois estes são os nossos territórios de luta e onde, todo dia, labutamos para construir autonomia e, a partir do MPA, construir poder popular.

Desta construção, afirmamos que o nosso chão é o da agroecologia e dela fazemos brotar uma agricultura contra hegemônica no campo diante deste modelo destruidor do agronegócio tão fortalecido pelo atual desgoverno neofascista. É pelas mãos das mulheres camponesas que passam 80% da diversidade produtiva nas roças (cuidando do chamado “miúdo”) deste país, que termina sendo o “grosso” do que chega às mesas brasileiras, a exemplo dos legumes, verduras, frutas, hortaliças, criação dos pequenos animais etc.

Aprendemos com as lutas nos territórios das mulheres quilombolas que a luta camponesa e feminista é de classe, mas esta classe tem a cor do povo de África e precisa somar/centralizar/articular a luta antirracista. Aprendemos com a violência dos grandes empreendimentos do capital sobre os corpos e territórios das camponesas que é necessário somar também a luta anti imperialista e com o agravamento das violências incidimos sobre a luta anti patriarcal como processo acumulativo, pois superar opressões estruturais demanda de método, organização, formação e direção coletiva (reabrir outros processos e experiências).

Sistematizando de forma rápida a presença das mulheres do MPA podemos perceber que na construção histórica do MPA Brasil sempre tivemos uma participação direta das mulheres e que, de forma geral, pode ser visualizada em 5 fases distintas (que internamente se desenrolam em outras fases, processos):

1. A **primeira** referiu-se ao processo inicial do MPA, quando este se apresentou como uma alternativa para as famílias camponesas. Era necessário organizar a base e fazer o debate da organização. Muitas mulheres que já eram lideranças das comunidades, dos sindicatos, de outras organizações sociais ajudaram a fazer este processo de consolidação.
2. A **segunda** fase refere-se às lutas para garantir a melhoria de vida das famílias camponesas, como o crédito subsidiado, moradia, seguro agrícola, preço mínimo de produtos, entre outros. As mulheres participaram das mobilizações, dos debates, de algumas negociações, dos espaços de formação, mas sem expressão. *Em sua maioria, dividiam as tarefas*: os homens iam para a luta e as mulheres garantiam os trabalhos da casa. E quando participavam das lutas, permaneciam nas tarefas tidas como

femininas: fazer a comida, cuidar das crianças, organizar o ambiente, preparar a mística, cuidar da animação e da formação.

3. Na **terceira fase**, o movimento se propôs a construir um novo modelo de agricultura, em que houvesse políticas de valorização do campesinato, de reestruturação da propriedade, de cuidado com o meio ambiente, de reorganização da comunidade rural, com propostas para além de políticas compensatórias, chamado Plano Camponês. Ao avançar na discussão da implementação do Plano Camponês, percebeu-se de maneira muito clara e objetiva que, para sua implantação, é necessário que toda a família esteja envolvida na organização. Nesse processo, foi organizado um Seminário Nacional de Gênero para compreender como se dão as relações sociais, como a presença da mulher em determinados setores está relacionada à disputa de poder e à reprodução do sistema patriarcal. Este debate levou a reflexão de que, para garantir a presença das mulheres no movimento, tem-se que assumir mais uma jornada: cuidar da casa, dos(as) filhos(as), ir para a roça, ser esposa e ainda militante. E o movimento precisa implantar ações concretas que permitam a participação das mulheres, como cirandas infantis, cumprimento das metas de equidade na participação entre homens e mulheres. Nosso desafio é trabalhar os desafios da luta feminista junto às famílias, por isto atuamos a partir do Coletivo de Gênero Nacional, articulando tudo isto à nossa diversidade.
4. A **quarta fase** refere-se ao momento em que fica claro que a mudança do modelo de agricultura está articulada com a mudança de sociedade. Presença consolidada das mulheres e uma presença de mulheres na articulação interna e externa do Movimento. Deseja-se construir uma sociedade socialista, que se inspire nas experiências que temos e tivemos pelo mundo, mas que seja essencialmente brasileira, organizada e pensada a partir da realidade do povo brasileiro, uma verdadeira revolução social. Mudar a sociedade implica ter um modelo diferenciado de agricultura, mas também, um novo padrão de relações sociais. Não basta transformar as estruturas da sociedade, se também não transformarmos as relações entre as pessoas. São processos que devem andar conjuntamente.
5. **Quinta fase:** Em 2015, com mais de 4 mil camponeses/as no nosso I Congresso Nacional do MPA, afirmamos o rosto feminino e jovem do MPA Brasil e, a partir daí, segue a eclosão de dirigentes pelos Estados/Regiões conduzindo as ações, o movimento e o debate estratégico e, assim, seguimos acumulando em processos, formação, trocas e articulação, chamando a cada tempo e espaço nossos camaradas a

somar, juntar e pensar política e condução dos enfrentamentos. Processo rico e desafiador para homens e mulheres. Os desafios aumentam a cada passo dado e agora reposicionando nossas forças pra construir o Plano estratégico das mulheres do MPA Brasil frente os desafios que a nós é colocado em nível nacional pelo Movimento, fazendo isto junto com a diversidade de mulheres parceiras e aliadas.

Na caminhada, partimos da nossa presença e ação para reorganizar os passos dados, somos maioria desde os territórios fazendo luta, produzindo alimentos, enfrentamento os grandes empreendimentos do capital e preservando a agrobiodiversidade e a estratégia da nossa organização, especialmente, neste contexto de avanço do capital sobre os corpos e territórios do campesinato. Enquanto MPA temos o desafio de travar a construção feminista no seio de uma organização nacional, camponesa e mista e isto demanda de nós um processo pedagógico, conspirativo, solidário e popular. Desafio de afirmação do rosto feminino, jovem e da diversidade étnica – racial segue na caminhada.

Por estes elementos gerais, afirmamos que construir luta feminista, a partir de um movimento misto camponês no Brasil é desafiador e demanda de paciência, processo formativo, decisão política e cuidado! Disputa de gêneros não é um caminho, pelo contrário, pois o melhor caminho é assumir a construção política do espaço, somar e elaborar, mesmo que isto envolva, em alguns momentos uma sobrecarga pontual, que possa ser diluída ou compartilhada lá na frente no processo gradual de formação da consciência coletiva feminista com outros/as camaradas.

Considerações gerais

*“Quem é feminista e não é de esquerda, carece de estratégia.
Quem é de esquerda e não é feminista, carece de profundidade!”.*
(Rosa Luxemburgo)

Num cenário onde às mulheres do campo, das águas e das florestas (assim como a todo campesinato brasileiro) foi negado o direito a ter história, memória, afirmar-se camponesa (seja assentada, acampada, indígena ou quilombola, por exemplo) para nós é uma afirmação/demarcação da identidade política destes povos que resistem em luta no campo, nas águas e nas florestas! Falar em campesinato não é só um conceito, debate teórico, para nós é demarcar o que foi esquecido e afirmar que existimos enquanto categoria política, pois

disseram que nós estamos condenadas/os ao fim e nós, pelas mulheres, afirmamos que seguimos resistindo para existir. As mulheres do campo, das águas e das florestas são diversas, mas, o capitalismo nos afastou, mas, nós temos o território como elo comum. As mulheres indígenas, negras e quilombolas a Via Campesina tem nos ensinado muito a nós afirmar enquanto camponesas e, principalmente, a afirmar o que temos de comum, pois o capitalismo insiste em nos fragmentar e aqui sedia o maior problema político do nosso tempo, pois viés fragmenta inclusive as lutas.

A caminhada nos trouxe o desafio de organizar homens e mulheres, experimentamos muitas coisas, mas, percebemos que para a nossa forma de lutar nossa tarefa é o de amadurecer um feminismo que brota do campo e, para isto, o central é trabalhar no seio da família camponesa (ressignificar o papel tradicional das famílias, como um elemento desafiador!). Internamente, nosso lastro é o Feminismo Camponês e Popular e precisamos desafiar as famílias a construir isto, dentro de um processo, tendo momentos específicos com mulheres e com os companheiros. Outra dimensão é a nossa afirmação enquanto camponesas, mesmo com a nossa rica diversidade de povos. A partir das mulheres indígenas e negras rurais da Via Campesina Internacional, que é o nosso lastro político e referência, demarcamos que as camponesas afirmem-se mulheres indígenas, quilombolas e etc., pois reconhecer a trajetória de suas lutas é essencial na história dos povos do campo, das águas e das florestas e, neste processo, resgatar de forma gradual a nossa história negada, a partir da presença das mulheres na história do campesinato brasileiro.

Por fim, essencial afirmar que precisamos estabelecer que a unidade se torne prática política, pois nossas pautas específicas seguirão e estarão sendo conduzida pelos nossos povos nos territórios, mas, para nós, movimentos e organizações nacionais do campo à cidade é essencial reestabelecer um estado de luta permanente rumo a unidade estratégica a partir da luta feminista posta como desafio coletivo a todos/as nós.”

Assista o vídeo do através do QRCode Conversatório 1 Mulheres e as tecnologias na agroecologia:

